

OITAVA
EDIÇÃO

Marcelo
Abelha

**MANUAL
DE EXECUÇÃO
CIVIL**

2024 © Editora Foco
Autor: Marcelo Abelha
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Foto da orelha: Vinicius Matos
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (11.2023) – Data de Fechamento (11.2023)

2024

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol
CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	V
-------------------	---

PARTE 01 FUNDAMENTOS DA EXECUÇÃO CIVIL

CAPÍTULO 01 – PREMISSAS ESSENCIAIS PARA A COMPREENSÃO DA EXECUÇÃO CIVIL.....	3
1. O devido processo legal e a execução	3
1.1 Os fins não justificam os meios	3
1.2 Devido processo legal e tutela executiva	4
1.3 Devido processo legal, tutela executiva e proteção dos valores do exequente e do executado	7
2. Sistema executivo aberto, fechado e flexível	7
3. Devido processo legal e sistema executivo	10
4. Solução – adjudicada e consensual – dos conflitos.....	12
CAPÍTULO II – TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA NO CPC	13
1. As crises jurídicas e a atividade jurisdicional.....	13
2. A configuração da atividade jurisdicional executiva no Código de Processo Civil..	17
3. O Estado liberal e sua influência no CPC/1973.....	21
4. Os fundamentos e os fins do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).....	26
4.1 Razões sociais e jurídicas justificadoras de um Novo Código de Processo Civil.....	26
4.2 A crise do Poder Judiciário e o NCPC.....	31
4.3 O Novo CPC e a aproximação com a common law	35
4.4 Obrigacionalização da tutela executiva pelo CPC.....	37
5. A técnica processual executiva.....	38
5.1 Os módulos processuais executivos (fase ou módulo processual e processo autônomo)	39
5.2 Os procedimentos executivos (espécies de procedimentos).....	40
5.3 Os provimentos executivos (meios de sub-rogação e meios de coerção)	40

5.4	Atos executivos em espécie	44
5.4.1	Penhora e avaliação de bens penhorados	44
5.4.2	Adjudicação, apropriação de frutos e rendimentos e arrematação do bem penhorado	46
5.4.3	Meios de coerção (multa etc.)	48
5.4.4	As diversas classificações da atividade executiva	49
5.4.4.1	Execução provisória e execução definitiva.....	50
5.4.4.2	Execução específica e genérica	52
5.4.4.3	Execução direta e indireta	54
5.4.4.4	Execução singular e coletiva	55
5.4.4.5	Execução universal (coletiva) e execução singular (individual)	56
6.	Perspectivas sobre a desjudicialização da execução civil.....	57
6.1	Introito	57
6.2	Descentralização e eficiência	57
6.3	Crise do Poder Judiciário e reformas na execução.....	58
6.4	Axioma lógico-jurídico-econômico: o sucesso da execução depende da existência de patrimônio expropriável do executado	62
6.5	A execução extrajudicial prevista no DL 70/66 e na Lei 9.514/97 não é parâmetro para medir o sucesso da desjudicialização	64
6.6	Remate	65
CAPÍTULO III - DIRETIVAS DA EXECUÇÃO CIVIL.....		67
1.	Considerações iniciais: por que <i>diretivas da execução</i> ?	67
2.	A <i>primeira diretiva</i> : a solução integral do mérito engloba a <i>satisfação</i> do direito com <i>eficiência e em tempo razoável</i>	67
3.	A <i>segunda diretiva</i> : a busca da maior coincidência possível	69
4.	A <i>terceira diretiva</i> : amplitude dos meios executivos (típicos e atípicos)	70
5.	A <i>quarta diretiva</i> : probidade das partes na execução.....	72
6.	A <i>quinta diretiva</i> : sujeitabilidade do patrimônio e menor sacrifício possível	76
7.	A <i>sexta diretiva</i> : o procedimento executivo de desfecho único.....	78
8.	A <i>sétima diretiva</i> : a liberdade/disponibilidade na execução	82
CAPÍTULO IV - EXECUÇÃO CIVIL E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL		89
1.	Introdução: débito e responsabilidade	89
2.	Natureza substancial da responsabilidade patrimonial	92
3.	Responsabilidade patrimonial: caráter subsidiário da execução.....	93

4.	Responsabilidade patrimonial, execução por expropriação e execução real.....	97
5.	Momento de formação da responsabilidade patrimonial	99
5.1	A responsabilidade patrimonial no CPC	99
5.2	Origens do dispositivo.....	100
5.3	Devedor e responsável: classificações	101
5.3.1	O devedor e o responsável.....	101
5.3.2	Classificação	102
5.3.2.1	A responsabilidade patrimonial primária e secundária.....	102
5.3.2.2	A responsabilidade patrimonial principal e subsidiária.....	110
5.3.2.3	Responsabilidade patrimonial subsidiária ou teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica?	111
5.4	Responde com todos os seus bens.....	114
5.4.1	Limite da dívida é o limite do patrimônio garantidor.....	114
5.4.2	O patrimônio garantidor e sua limitação por convenção das partes	115
5.4.3	A flexibilização judicial da imunidade patrimonial: quebra da impenhorabilidade por decisão judicial.....	119
5.5	Bens presentes e futuros e o terceiro adquirente.....	122
5.6	A expressão “para o cumprimento de suas obrigações”	126
6.	Responsabilidade patrimonial e limitação à propriedade do devedor	127
7.	Garantia patrimonial geral e garantia especial	128
8.	Responsabilidade patrimonial sobre bens que não mais pertencem ao devedor no momento de instauração da atividade jurisdicional cognitiva ou executiva	130
9.	Tutela judicial da responsabilidade patrimonial.....	132
10.	Individualização patrimonial e remédios repressivos.....	133
11.	As técnicas de prevenção e repressão do prejuízo à garantia patrimonial.....	134
11.1	A tutela jurídica	134
11.2	A tutela preventiva.....	135
11.2.1	Introito	135
11.2.2	O “arresto” preventivo.....	136
11.2.3	A demanda/medida/atuação sub-rogatória pelo credor na posição jurídica do devedor/responsável.....	138
11.2.4	As técnicas de tutela repressiva de desfazimento do ilícito danoso (fraude patrimonial).....	140
11.2.4.1	A importância do momento do ilícito de desfalque patrimonial: entre o início da relação obrigacional e a efetiva expropriação judicial do patrimônio do executado (responsável).....	140
11.2.5	A fraude patrimonial.....	143

11.2.6	As fraudes contra o credor e contra a execução: hipóteses e tutela jurídica.....	144
11.2.6.1	Direito de propriedade do devedor e tutela jurídica da responsabilidade patrimonial	144
11.2.6.2	O ato ilícito da fraude sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos.....	147
11.2.6.3	Fraude contra credores	148
11.2.6.4	Fraude à execução	153
11.2.6.5	A declaração de nulidade do negócio jurídico	156
11.2.7	A desconsideração da personalidade jurídica.....	158
11.2.7.1	Introito: finalidade da desconsideração	158
11.2.7.2	A desconsideração no CPC.....	159
11.2.7.3	Pontos de reflexão sobre o direito material e direito processual na desconsideração da personalidade jurídica.....	163
12.	Bens sujeitos à execução e bens sujeitos à responsabilidade patrimonial.....	179
12.1	Apresentação do tema.....	179
12.2	Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.....	180
12.3	Do sócio, nos termos da lei	180
12.4	Do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	181
12.5	Do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida.....	182
12.6	Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução.....	182
12.7	A alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.....	183
12.8	Do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	183
13.	O regime de impenhorabilidade.....	184
14.	Impenhorabilidade absoluta e relativa/totais ou parciais.....	185
15.	Garantia patrimonial x impenhorabilidade relativa x ordem processual da penhora.....	186
15.1	Interpretação dos casos de impenhorabilidade.....	187
15.2	O rol do art. 833 do CPC.....	190
15.3	Impenhorabilidade do bem de família (residencial) previsto na Lei 8.009/1990	195
15.4	Bens relativamente impenhoráveis.....	196
15.5	O fiador e o benefício de ordem.....	197

CAPÍTULO V – TÍTULO EXECUTIVO.....	199
1. Introito	199
2. Título executivo e devido processo legal	200
3. Crise jurídica, norma jurídica concreta e título executivo.....	201
4. O “intrínseco” e o “extrínseco” do título executivo.....	203
5. A eficácia executiva e abstrata.....	205
6. Classificação: título judicial e extrajudicial	207
7. Títulos executivos híbridos.....	210
8. Aspecto formal e material do título executivo.....	213
8.1. O elemento material: a norma jurídica concreta.....	213
9. O rol do art. 515 do CPC e outros títulos judiciais	217
9.1 A sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia (art. 515, I, do CPC).....	217
9.2 A decisão homologatória de autocomposição judicial (art. 515, II) ou extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III)	219
9.3 O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal	220
9.4 O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, os emolumentos ou os honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	221
9.5 Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 515, VI, do CPC)..	221
9.6 A sentença arbitral.....	224
9.7 Sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, VIII e IX).....	224
10. O rol do art. 784 do CPC	224
10.1 O rol do art. 784 e a tipicidade dos títulos executivos extrajudiciais.....	224
10.2 A criação desordenada pela lei de títulos executivos extrajudiciais	226
10.3 Título executivo extrajudicial e eficácia abstrata.....	229
10.4 Art. 784, I (cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata e debênture) ...	230
10.5 Art. 784, II (escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor); art. 784, III (o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas); art. 784, IV (o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal)	231
10.6 Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução (art. 784, V)	233
10.7 Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI).....	235
10.8 Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII)	236

10.9	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII).....	237
10.10	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	237
10.11	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em Convenção de Condomínio ou aprovadas em Assembleia Geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X)	237
10.12	A certidão expedida por serventia notarial ou de registro, relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	238
10.13	Títulos executivos previstos fora do Código de Processo Civil.....	238
11.	Algumas reflexões sobre o art. 785 do CPC (que permite a parte buscar a tutela cognitiva mesmo sendo portadora de título executivo extrajudicial)	240
CAPÍTULO VI – INADIMPLEMENTO E EXECUÇÃO CIVIL.....		243
1.	Crise de adimplemento e execução.....	243
2.	Crise de adimplemento: a mora e o “inadimplemento”	245
3.	Inadimplemento como requisito necessário da tutela executiva (art. 786 do CPC e art. 523, § 1º)	247
4.	Inadimplemento e exigibilidade	249
5.	Exigibilidade e contraprestação nos contratos bilaterais.....	250
6.	Exigibilidade e obrigações sujeitas à condição ou termo	251
CAPÍTULO VII – A RELAÇÃO PROCESSUAL EXECUTIVA.....		253
1.	Considerações preliminares	253
2.	A relação processual executiva.....	255
2.1	A tessitura da relação processual executiva	255
2.2	Pressupostos processuais.....	255
2.3	A competência na execução.....	256
2.4	A finalidade da relação processual executiva.....	257
2.5	Procedimentos executivos.....	259
2.5.1	Introdução.....	259
2.5.2	Os procedimentos típicos.....	260
3.	Cumulação de execuções.....	262
4.	Tutela de urgência na execução	264
5.	Suspensão da relação processual executiva.....	265
5.1	Noções preliminares.....	265

5.2	Causas suspensivas e impeditivas da execução.....	265
5.3	Hipóteses de causas impeditivas da execução	267
5.3.1	Quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis (art. 921, III, do CPC).....	267
5.3.2	Prestação de caução no cumprimento provisório da sentença (art. 521, IV)	268
5.3.3	Penhora sobre ação e direito do devedor (penhora no rosto dos autos – art. 860 do CPC).....	268
5.3.4	Concurso particular de credores e exequentes (arts. 908 e 909 do CPC)..	269
5.4	Hipóteses de causas suspensivas da execução	269
5.4.1	Efeitos da suspensão.....	270
6.	Extinção da execução	271
6.1	Extinção do “processo” de execução	271
6.2	A sentença no processo de execução	271
6.3	O rol do art. 924 do CPC.....	272
6.3.1	Art. 924, I (a petição inicial for indeferida)	272
6.3.2	Art. 924, II (a obrigação for satisfeita).....	272
6.3.3	Art. 924, III (o executado obtiver, por qualquer meio, a extinção total da dívida)	273
6.3.4	Art. 924, IV (o credor renuncia ao crédito)	273
6.3.5	O fim da execução e efeito sobre o direito material: satisfação do direito e quitação	274
7.	Remição da execução	275
7.1	Conceito e generalidades.....	275
7.2	Remição da execução e institutos afins	275
7.3	Tipos de remição da execução	276
8.	Recursos na execução.....	281

PARTE II

O PROCEDIMENTO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I – REGRAS GERAIS DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	285
1. Introdução	285
2. Disposições gerais do cumprimento de sentença.....	286
2.1 As regras processuais aplicáveis.....	286
2.2 Cumprimento de sentença e provocação do interessado	286
2.3 A intimação do executado.....	288
2.4 O exequente e o executado no cumprimento de sentença.....	290

2.5	A sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	290
2.6	Dos títulos executivos judiciais.....	291
2.7	Da competência no cumprimento de sentença	291
2.8	O protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	291
2.9	A validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos e a objeção do executado.....	293
2.10	Tutela provisória, liquidação de sentença e cumprimento de sentença	294

CAPÍTULO II CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER..... 295

1.	Considerações sobre a tutela das obrigações de fazer e não fazer no CPC.....	295
2.	Obrigações ou deveres de fazer e não fazer?	296
3.	Breves considerações sobre as <i>obrigações de fazer e não fazer</i>	296
3.1	A identificação do fazer e não fazer	296
3.2	Obrigações fungíveis e infungíveis.....	297
4.	A conversão em perdas e danos	298
5.	O resultado prático equivalente	300
6.	O cumprimento de sentença e o processo de execução das obrigações de fazer e não fazer e a prioridade da tutela <i>in natura</i>	303
6.1	O cumprimento de sentença das obrigações de fazer e não fazer.....	304
6.1.1	Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer e não fazer – a pretensão à tutela específica.....	305
6.1.2	O dano e o ilícito e sua tutela específica	305
6.1.3	A obrigação de prestar declaração de vontade	307
6.1.4	As técnicas de efetivação (medidas necessárias) da tutela específica	308
6.1.5	A multa do art. 537 do CPC.....	310

CAPÍTULO III PROCESSO DE EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER..... 315

1.	Considerações gerais	315
2.	O início do processo de execução.....	316
3.	Prazo para cumprimento voluntário da obrigação	316
4.	A opção pelas perdas e danos.....	317
5.	Procedimento da execução das obrigações fungíveis	318
6.	Execução das prestações infungíveis.....	319
7.	“Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade.....	319
8.	Execução das obrigações de não fazer previstas nos arts. 822 e 823 do CPC.....	320

CAPÍTULO IV – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA	321
1. Generalidades.....	321
2. O intercâmbio entre o cumprimento e a sentença para obrigação de fazer e não fazer e para a entrega de coisa.....	322
3. A obrigação de entrega de coisa.....	322
4. Entrega de coisa certa e coisa incerta.....	324
5. Entrega de coisa e devido processo legal	326
6. As obrigações de entrega de coisa e a utilização dos meios de coerção previstos no art. 536.....	327
7. A obrigação de entrega de coisa também é forma de tutela específica.....	328
8. Art. 498 e art. 538 e a obtenção da tutela específica.....	329
9. Art. 538: mandado de cumprimento da obrigação (<i>caput</i>) e parágrafo único	331
10. Art. 538, § 3.º: expressa referência de aplicação das técnicas dos arts. 536 e 537	332
11. O direito de retenção deve ser exercitado na contestação, e não em impugnação do executado	333
CAPÍTULO V – PROCESSO DE EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA.....	335
1. Introdução	335
2. Natureza pessoal ou real da execução de entrega de coisa.....	335
3. Entrega de coisa <i>certa e incerta</i>	336
4. Procedimento para entrega de coisa certa.....	336
4.1 Postulação.....	336
4.2 A expedição do mandado executivo	337
4.3 Os embargos do executado	338
4.4 Alienação da coisa pelo executado.....	338
4.5 Conversão da execução específica para pagamento de quantia (perdas e danos)	339
5. Procedimento do processo de execução para a entrega de coisa incerta	340
6. Aplicação subsidiária do art. 538 ao procedimento executivo dos arts. 806 e ss.	341
7. Embargos de retenção por benfeitorias	342
CAPÍTULO VI – ASPECTOS GERAIS DA TUTELA EXECUTIVA DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	343
1. Execução por quantia certa e expropriação forçada	343
2. Expropriação e poder de império do Estado	343
3. Configuração da execução por quantia certa no Código de Processo Civil.....	344

4.	Técnicas executivas expropriatórias (instrumentais e finais) previstas no Código de Processo Civil.....	345
5.	A escolha das técnicas executivas finais na execução por expropriação	346
6.	Identificar os fundamentos e fins da pretensão à tutela pecuniária e a aplicação do artigo 139, IV	350
CAPÍTULO VII CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA		353
1.	Generalidades.....	353
2.	Conceito e regime jurídico da execução provisória.....	356
2.1	Considerações preliminares.....	356
2.2	Diretivas e cabimento (regras materiais) do cumprimento provisório da sentença.....	358
2.2.1	Responsabilidade objetiva por dano processual (art. 520, I, do CPC)	358
2.2.2	O efeito retroativo da indevida execução provisória (cumprimento provisório da sentença).....	359
2.2.3	Prestação de caução nos casos de levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado.....	360
2.2.4	A dispensa da caução do inc. IV do art. 520.....	362
2.2.5	O cumprimento provisório das astreintes e a impossibilidade de levantamento de quantia antes do trânsito em julgado da sentença favorável à parte	363
3.	O procedimento do cumprimento provisório da sentença.....	364
4.	Cumprimento provisório da sentença, suspensividade da execução e oposição do executado.....	364
5.	Preclusão de execução definitiva.....	366
CAPÍTULO VIII CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA.....		367
1.	Considerações gerais	367
2.	O início da fase de cumprimento de sentença.....	368
2.1	Inércia e requerimento executivo.....	368
2.2	A condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa.....	370
2.3	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença.....	371
2.4	A multa de 10%.....	372
2.5	O demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.....	374
2.6	A indicação de bem à penhora/avaliação.....	375
3.	O cumprimento da sentença provocado pelo devedor.....	378

CAPÍTULO IX – PROCESSO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA	381
1. Introdução	381
2. O ajuizamento da petição inicial	381
3. A formação da relação executiva: a citação do executado e o arresto dos bens na execução fundada em título extrajudicial.....	384
4. Atitudes do executado no procedimento executivo para pagamento de quantia fundada em título extrajudicial.....	387
CAPÍTULO X – DA PENHORA E DA AVALIAÇÃO.....	389
1. Conceito e natureza jurídica	389
2. O mesmo regime jurídico da penhora na execução por cumprimento e por processo autônomo.....	390
3. Propriedade, patrimônio, responsabilidade patrimonial e penhora.....	390
3.1 A propriedade do devedor sobre bens e valores que integram o seu patrimônio.....	390
3.2 Inadimplemento da obrigação e sujeição do patrimônio do devedor: retirar do executado e dar para o exequente	391
3.3 Os limites políticos: o que não pode ser expropriado do executado	391
3.4 A convenção processual da imunidade patrimonial.....	392
3.5 Responsabilidade patrimonial e penhora.....	393
3.5.1 Distinguindo os institutos	393
3.5.2 A conexão da penhora com a responsabilidade patrimonial	395
3.5.3 Os bens “impenhoráveis” do art. 833 do CPC.....	396
3.5.3.1 Introito.....	396
3.5.3.2 Impenhorabilidade ou impossibilidade de expropriar judicialmente?	397
3.5.3.3 O Patrimônio mínimo – Motivos das limitações políticas e possibilidade de flexibilização.....	398
3.5.3.4 A possibilidade de disposição pelo próprio executado	400
3.5.3.5 O rol de bens do art. 833	400
3.5.3.6 A penhora não retira a propriedade do executado	425
4. Aspectos gerais da penhora.....	426
4.1 Introito	426
4.2 Os elementos constitutivos do ato de penhora	427
4.3 O objeto da penhora.....	427
4.3.1 Bens do patrimônio sujeito à execução	427
4.3.2 Exemplos de bens expropriáveis no CPC.....	428

4.3.3	“Tantos bens quanto bastem” e “custos da execução”: os parâmetros valorativos máximo e mínimo da penhora	429
4.3.4	O valor do objeto penhorado pode não ser tão preciso	430
4.3.5	Bens de qual patrimônio podem ser penhorados?.....	431
4.3.6	Quando a penhora recai sobre bem de terceiro dado em garantia real...	432
4.3.7	Penhora sobre bem que está penhorado.....	437
4.3.8	Penhora sobre bem gravado com ônus real	437
4.3.9	A ordem de preferência da penhora.....	438
4.3.10	O meio de realização e a formalização da penhora.....	441
4.3.11	O lugar de realização da penhora.....	443
4.4	O depósito do bem apreendido	445
4.5	A intimação da penhora	446
4.5.1	Intimação do exequente e do executado.....	446
4.5.2	Intimação de terceiros.....	447
4.5.3	Terceiro garantidor caso seu patrimônio seja atingido	447
4.5.4	Execução que recai sobre o patrimônio do atingido pela desconsideração da personalidade jurídica.....	448
4.5.5	Intimação do Cônjuge ou companheiro.....	448
4.5.6	Intimação da penhora de bem indivisível pertencente a coproprietário ou do cônjuge alheio à execução.....	449
4.5.7	Intimação da penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada realizada em favor de exequente alheio à sociedade	450
4.5.8	Outros terceiros elencados no artigo 799	451
4.6	Os efeitos da penhora.....	452
4.7	As penhoras especiais no CPC.....	454
4.7.1	Introito	454
4.7.2	Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira no artigo 854 do CPC.....	455
4.7.2.1	Explicando o problema.....	455
4.7.2.2	Quando e como é realizada a penhora <i>on-line</i> de dinheiro	456
4.7.2.3	A atitude do executado que não efetua o pagamento voluntário e que sabe que o dinheiro de sua conta possa ser penhorado	457
4.7.2.4	Premissa para compreensão: como é a penhora tradicional.....	457
4.7.2.5	Como é realizada a penhora de dinheiro no art. 854 do CPC	459

4.7.2.6	O requerimento inicial do exequente e o pedido de penhora <i>on-line</i> de dinheiro.....	460
4.7.3	Da penhora de créditos.....	462
4.7.3.1	É preciso visitar o CPC de 1939 para entender o tema da forma como se encontra no atual CPC.....	462
4.7.3.2	Panorama inicial.....	463
4.7.3.3	A importância na identificação da natureza do crédito a ser penhorado	464
4.7.3.4	Hipóteses de penhora de crédito descritas no CPC.....	465
4.7.4	Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas....	472
4.7.4.1	Introito	472
4.7.4.2	A sociedade de pessoas e a sociedade de capitais.....	473
4.7.4.3	O problema da avaliação	474
4.7.4.4	<i>Affectio societatis</i> e direito de preferência.....	474
4.7.4.5	O procedimento.....	475
4.7.5	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes ...	478
4.7.5.1	A subsidiariedade desta penhora	478
4.7.5.2	A complexidade do depósito (administração e gestão do bem penhorado).....	479
4.7.5.3	Penhora sobre edifícios em construção.....	480
4.7.5.4	Penhora de empresa concessionária ou permissionária de serviço público.....	481
4.7.5.5	Penhora de navio ou aeronave	481
4.7.6	Da penhora de percentual de faturamento de empresa.....	482
4.7.6.1	Subsidiariedade.....	482
4.7.6.2	Requisitos e procedimento.....	483
4.7.7	Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	484
4.8	Incidentes envolvendo a penhora.....	486
4.8.1	Introito	486
4.8.2	As hipóteses.....	486
4.8.2.1	Substituição do bem penhorado.....	486
4.8.2.2	Incidente de redução ou reforço da penhora (modificação qualitativa).....	491
4.8.2.3	A segunda penhora	492
4.8.2.4	Contraditório	493
4.8.2.5	Alienação antecipada dos bens penhorados	494
5.	A avaliação.....	495

5.1	Conceito.....	495
5.2	Avaliação no CPC.....	495
5.3	A avaliação e a execução por quantia certa.....	496
5.4	Não se confunde a avaliação como ato executivo e como prova pericial.....	497
5.5	O avaliador	497
5.6	Requisitos para a nomeação do avaliador especializado.....	498
5.7	Prazo para a entrega do laudo.....	499
5.8	Avaliação e avaliador: desnecessidade de avaliação pelo oficial de justiça.....	499
5.8.1	Generalidades.....	499
5.8.2	Estimativa da parte.....	500
5.8.3	Cotação do bem penhorado por órgão oficial.....	501
5.8.4	Veículos automotores e outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação.....	501
5.9	Conteúdo e forma da avaliação	502
5.9.1	Generalidades.....	502
5.9.2	A forma de realização da avaliação pelo oficial de justiça e pelo avaliador nomeado pelo juiz.....	502
5.9.3	O conteúdo da avaliação.....	503
5.9.4	Imóvel que admitir cômoda divisão.....	503
5.10	Nova avaliação	503
5.10.1	Generalidades.....	503
5.10.2	Arguição do defeito da avaliação.....	504
5.10.3	Tipos de incorreções arguíveis.....	504
5.11	Avaliação e modificação quantitativa da penhora	506
5.11.1	Generalidades.....	506
5.12	Término da avaliação e início dos atos de expropriação.....	507
5.12.1	Generalidades.....	507
5.12.2	Avaliação e adjudicação.....	507
5.12.3	Avaliação, expropriação e preço vil.....	508
5.12.4	Avaliação e expropriação de imóvel de incapaz	509
5.12.5	Avaliação e expropriação de imóvel de coproprietário ou cônjuge alheio à execução	509
5.12.6	Avaliação e o efeito suspensivo nas oposições do executado (impugnação e embargos)	509
5.12.7	Remição do bem penhorado pelo valor da avaliação	510

CAPÍTULO XI - DA EXPROPRIAÇÃO LIQUIDATIVA	511
1. Expropriação liquidativa e satisfativa.....	511
2. A adjudicação e o duplo regime: liquidativa ou satisfativa	512
3. A expropriação liquidativa por meio de leilão público.....	513
4. Exceções ao leilão público (presencial ou eletrônico)	513
4.1 Alienação por iniciativa particular.....	514
5. O leilão público.....	516
5.1 Conceito e características gerais.....	516
5.2 Tipos de leilões.....	517
5.3 O leilão judicial público presencial ou eletrônico	519
5.4 Leilão judicial presencial: elementos necessários e dinâmica.....	520
5.5 Os sujeitos participantes.....	520
5.5.1 O Estado-juiz.....	520
5.5.2 O leiloeiro	521
5.5.2.1 Auxiliar da justiça (art. 149).....	521
5.5.2.2 A indicação do leiloeiro público.....	523
5.5.2.3 Deveres do leiloeiro.....	523
5.5.2.4 Remuneração do leiloeiro	525
5.5.2.5 O custo da remoção dos bens	527
5.5.2.6 Os licitantes.....	528
5.5.3 O objeto a ser leiloadado	532
5.5.3.1 Bens e lotes.....	532
5.5.3.2 Leilões de bens de diversas execuções	533
5.5.3.3 Conjunto de bens e arrematação preferencial	533
5.5.3.4 Bens imóveis que admitem cômoda divisão.....	533
5.5.3.5 Preço de reserva: preço mínimo judicial e legal.....	534
5.5.3.6 Bem com mais de uma penhora.....	535
5.5.3.7 Bem tombado.....	536
5.5.3.8 Bem gravado com ônus real.....	537
5.5.3.9 Bem de incapaz.....	539
5.5.3.10 Bem com execução embargada ou impugnada.....	539
5.5.4 O local e a data.....	540
5.5.5 A arrematação.....	540
5.5.5.1 Conceito: o ato de arrematar.....	540
5.5.5.2 Arrematação, auto de arrematação e carta de arremata- ção.....	543

5.5.5.3	Conteúdo.....	546
5.5.5.4	Efeitos da arrematação.....	546
5.5.5.5	A ineficácia, a resolução e a resilição da arrematação.....	548
5.5.5.6	A entrega do dinheiro resultante da arrematação.....	558
5.5.6	O leilão na perspectiva dinâmica de sua realização.....	559
5.5.6.1	O bem penhorado “vai” a leilão.....	559
5.5.6.2	Os primeiros passos da alienação por leilão judicial presencial: definição do leiloeiro/corretor; local; preço mínimo, as condições de pagamento e as garantias que poderão ser prestadas pelo arrematante.....	560
5.5.6.3	O Edital.....	562
5.5.6.4	Pessoas que devem ser obrigatoriamente cientificadas da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.....	565
5.5.6.5	O adiamento do leilão.....	566
5.5.6.6	O leilão: do início ao fim.....	567
CAPÍTULO XII – EXPROPRIAÇÃO SATISFATIVA DOS BENS DO EXECUTADO.....		571
1.	Introdução.....	571
2.	Da adjudicação.....	573
2.1	O bem-instrumento e o bem-fim na execução pecuniária.....	573
2.2	O conceito de adjudicação.....	574
2.3	A adjudicação no CPC.....	575
2.4	Adjudicação no cumprimento de sentença (provisório ou definitivo) e processo de execução.....	575
2.5	Adjudicação e satisfação do crédito exequendo (art. 904, II do CPC).....	576
2.6	A preferência e o momento da adjudicação.....	576
2.7	Legitimidade para adjudicar.....	577
2.8	A adjudicação no CPC e a dação em pagamento no direito privado: figuras próximas, mas diferentes.....	579
2.9	As três modalidades de adjudicação do artigo 876 e ss.....	580
2.9.1	As três figuras do artigo 876 e ss.: a genuína adjudicação, a adjudicação-arrematação e a adjudicação-remição.....	580
2.9.2	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente.....	580
2.9.2.1	Características.....	580
2.9.3	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e sub-rogação decorrente da penhora de crédito (art. 857).....	582

2.9.4	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e apropriação de frutos e rendimentos (art. 825, III).....	583
2.9.5	A adjudicação pelo exequente que possui garantia real sobre o bem.....	584
2.9.6	A adjudicação-arrematação do § 5º, primeira parte, do artigo 876 do CPC.....	584
2.9.7	A adjudicação-remição do § 5º, segunda parte, do artigo 876 do CPC.....	585
2.9.7.1	Características.....	585
2.9.7.2	Manutenção do direito de remir o bem arrematado em casos específicos	587
2.10	Requisitos para adjudicar no artigo 876 do CPC.....	588
2.11	Documentação e o efeito de aquisição da propriedade pela adjudicação.....	591
2.12	Adjudicação e evicção.....	592
3.	Apropriação de frutos e rendimentos do bem penhorado.....	593
3.1	Características.....	593
3.2	A entrega do dinheiro	594
3.3	A iniciativa para a decretação da apropriação de frutos e rendimentos de bem móvel e imóvel.....	594
3.4	Momento	595
3.5	A decretação da penhora para a apropriação de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	595
3.6	O objeto	596
3.7	O procedimento.....	596
4.	A satisfação do crédito: entrega do dinheiro / adjudicação do bem penhorado pelo exequente	597

CAPÍTULO XIII – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (PROVISÓRIO E DEFINITIVO) E O PROCESSO DE EXECUÇÃO.....

1.	Introdução	599
2.	Regimes executivos especiais envolvendo a Fazenda Pública.....	600
3.	Razão do regime especial dos “precatórios” contra a Fazenda Pública	601
4.	Características do procedimento executivo previsto no art. 100 da CF/1988 c/c os arts. 534 e 910 do CPC.....	601
4.1	Execução fundada em título judicial ou extrajudicial	601
4.2	O regime jurídico dos precatórios.....	602
4.3	Reserva da quantia dos honorários para pagamento dos precatórios proporcionais diretamente ao advogado	605

5.	Procedimento do cumprimento de sentença por quantia contra a Fazenda Pública..	606
6.	Cumprimento provisório da sentença para pagamento de quantia contra a Fazenda Pública.....	608
7.	Procedimento do processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública	608
CAPÍTULO XIV CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....		611
1.	Introdução	611
2.	O crédito alimentar (conceito, classificação e características).....	611
3.	Alimentos e a relação jurídica material	613
3.1	<i>Ratio essendi</i> da relação jurídica material alimentícia.....	613
3.1.1	Parentesco.....	613
3.1.2	Relação familiar (casamento e união estável)	614
3.1.3	Voluntários	615
3.1.4	Ressarcitórios (ato ilícito).....	615
4.	Execução da prestação alimentícia.....	615
4.1	Considerações gerais.....	615
4.2	Cumprimento de sentença da prestação de alimentos e a aplicação subsidiária ao processo de execução	616
4.3	Técnicas executivas típicas aplicáveis à execução da prestação alimentícia ...	616
4.3.1	Introito	616
4.3.2	O desconto em folha	617
4.3.3	Constituição de capital para pagamento de indenização por ato ilícito....	619
4.3.4	A técnica da prisão civil.....	620
4.3.4.1	Noções preliminares.....	620
4.3.4.2	Competência para decretar a prisão civil.....	622
4.3.4.3	Decretação da prisão.....	622
4.3.4.4	Alimentos pretéritos e prisão civil.....	623
4.3.4.5	Prazo e regime jurídico da prisão.....	623
4.3.4.6	Do protesto do título judicial.....	623
4.3.4.7	O procedimento do cumprimento de sentença e do processo de execução	624
4.3.4.8	As técnicas do procedimento comum para pagamento de quantia (penhora e demais atos expropriatórios)	625
4.3.4.9	A conduta procrastinatória do executado e o crime de abandono material.....	625

PARTE III
INCIDENTES E PROCESSOS INCIDENTAIS CONEXOS À EXECUÇÃO

CAPÍTULO I – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	629
1. Introdução	629
2. Liquidação e norma jurídica (quase) concreta	629
3. Liquidação e princípio da estabilidade da demanda.....	631
4. O objeto da liquidação	632
5. Liquidação pela individuação do objeto (art. 324, I)	634
6. Liquidação do valor (<i>quantum</i>)	638
7. Liquidação nas ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos.....	638
8. Liquidação: processo incidente ou questão incidental	639
9. A liquidação de sentença dos arts. 509 e ss. do CPC	640
9.1 Considerações gerais.....	640
9.2 O julgamento da liquidação: antijuridicidade e dano.....	641
9.3 Espécies de liquidação	643
9.4 Procedimento do incidente processual de liquidação	643
9.5 Legitimidade	644
9.6 Competência	644
9.7 Procedimento.....	644
9.8 Contumácia na liquidação.....	645
9.9 Defesa.....	646
9.10 Liquidação e recursos.....	647
CAPÍTULO II – OPOSIÇÕES DO EXECUTADO.....	651
1. Apresentação do tema: as posições jurídicas das partes e a atividade jurisdicional.....	651
2. O demandado na execução	653
3. As oposições típicas e atípicas do executado no cumprimento de sentença e no processo de execução	655
4. A impugnação ao cumprimento de sentença.....	656
5. Os embargos à execução	656
6. Os embargos à execução e a impugnação do executado: processo incidental e incidente processual.....	657
7. Natureza jurídica dos embargos do executado	659
8. Natureza jurídica da impugnação do executado	661
9. A pretensão nos embargos do executado	662
10. A “pretensão” na impugnação do executado	663

11. Embargos do devedor e embargos de terceiro	664
12. Embargos do devedor e impugnação do executado: distinções	665
13. Classificações genéricas aplicáveis aos embargos e à impugnação do executado.....	668
14. Requisitos de admissibilidade dos embargos e da impugnação do executado.....	669
14.1 Interesse processual.....	669
14.1.1 Os limites da cognição e adequação do pedido à via eleita.....	669
14.1.2 O prazo nos embargos e na impugnação do executado	670
14.2 Legitimidade das partes nos embargos e na impugnação do executado.....	672
14.2.1 Nos embargos do executado	672
14.2.2 Na impugnação do executado.....	673
15. Competência nos embargos e na impugnação do executado	674
16. Pagamento da quantia e preclusão lógica para opor-se à execução	674
17. Fundamentos (causa de pedir) a serem opostas pelo executado.....	675
17.1 Impugnação do executado	676
17.1.1 Apresentação	676
17.1.2 Falta ou nulidade da citação se o processo correu à revelia.....	677
17.1.3 Ilegitimidade de parte.....	680
17.1.4 Inexigibilidade ou inexecutabilidade do título (art. 525, § 1.º, III).....	680
17.1.5 Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1.º, IV).....	682
17.1.6 Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1.º, V)	683
17.1.7 A incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	686
17.1.8 Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.....	687
17.1.9 A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral.....	688
17.1.10 As alegações de impedimento e suspeição.....	689
17.1.11 Impugnação à adjudicação e à arrematação (art. 903, § 2.º).....	690
17.1.12 Inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.....	691
17.1.13 Fatos supervenientes e defesa do executado	693
17.1.14 A aplicação subsidiária do artigo 916 ao cumprimento de sentença	694
17.2 Embargos do executado.....	696
17.2.1 A amplitude de fundamento dos embargos à execução	696

17.2.2	Embargos de retenção por benfeitorias	698
17.2.3	A suspeição e o impedimento nos embargos do executado	700
18.	Os embargos e a impugnação contra a execução por quantia contra a fazenda pública.....	700
19.	Efeito suspensivo nas oposições do executado	701
19.1	O surgimento do efeito suspensivo ope judicis	701
19.2	Características gerais do efeito suspensivo aplicáveis às oposições do executado (impugnação e embargos)	702
19.3	Efeito suspensivo: requisitos	703
19.4	Efeito suspensivo e contracautela prestada pelo exequente	706
19.5	Julgamento dos embargos do executado e efeito do recurso	707
20.	Procedimento dos embargos do executado.....	709
21.	Procedimento da impugnação do executado	711
22.	Honorários advocatícios na impugnação ao cumprimento de sentença.....	712
CAPÍTULO III - EMBARGOS DE TERCEIROS.....		717
1.	Processo e terceiros	717
2.	Atos judiciais constritivos e terceiros	718
3.	Esforço histórico no direito pátrio	720
4.	Conceito.....	721
5.	Natureza jurídica.....	721
6.	O conceito de terceiro	723
7.	Elementos da demanda.....	724
8.	Prazo dos embargos de terceiro	728
9.	Competência	729
10.	Procedimento	729
11.	O procedimento comum subsidiário	730
12.	Liminar em embargos de terceiro.....	731
13.	Recurso de apelação	731
14.	Fraude contra credores e fraude à execução	731
15.	Compromisso de compra e venda e embargos de terceiros	732
CAPÍTULO IV - CONCURSO DE EXEQUENTES E CREDORES		735
1.	Introdução	735
2.	Natureza jurídica.....	735
3.	Concurso de exequentes <i>versus</i> concurso de credores no processo de insolvência..	736
4.	Duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem	737

5. O exercício do direito de preferência	738
6. Objeto.....	738
7. Legitimidade.....	738
8. Procedimento.....	739
BIBLIOGRAFIA	741